



**AUTUAÇÃO**

**EXERCÍCIO DE 2022**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022

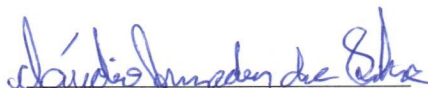
RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

02.05.01.15.451.0007.1041.4.4.90.51.00

SÍNTESE DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de recapeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos.

**AUTUAÇÃO**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de 2022, nesta Prefeitura, eu, Claudio Amadeu da Silva, autuei a autorização e demais documentos que seguem.

  
Presidente da CPL





**EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022**

**PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA/MG** torna público que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de **Execução Indireta** e regime de empreitada por **Preço Global**, tendo por finalidade a seleção e contratação de empresa para a **Contratação de empresa para execução de obra de recapeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos**, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, alterações posteriores e demais legislações pertinentes, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. DO EDITAL**

1.1 - São partes integrantes deste Edital:

- Planilha Orçamentária;

- Memória de Cálculo;

- Cronograma Físico-Financeiro;

- Quadro de Composição do BDI;

- Memorial Descritivo;

- Projetos;

Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II - Modelo de Credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo IV - Modelo Declaração de Emprego de Menor;

Anexo V - Modelo de Declaração de Concorda com todos os Termos do Edital;



Anexo VI - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições para Execução da Obra;

Anexo VII - Modelo Termo Renúncia Prazo Recursal;

Anexo VIII – Minuta do Contrato.

## 2. DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa para execução de obra de capeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos, e com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado.**

## 3. DA DATA, HORA E LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1 - Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01) e PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 02) deverão ser entregues até às **09:00 h do dia 19 de abril de 2022**, na Prefeitura Municipal localizada na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, Morro da Garça/MG, sendo a abertura no mesmo dia às 09:00 horas.

3.2 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

3.3 - O Município de Morro da Garça não se responsabilizará por documentação e proposta que por acaso não cheguem na hora e local determinados no item 3.1 deste Edital.

3.4 - Não serão aceitos e considerados documentos apresentados em desconformidade as condições definidas neste Edital.

## 4. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

4.1 - Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall de entrada da Prefeitura, conforme dispõe a no art. 86 da Lei Orgânica Municipal.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão apresentar-se à licitação pessoas jurídicas cadastradas até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes, ou seja, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, bem como quanto à documentação mencionada nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93.

5.2 - Somente poderão participar da presente licitação, empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93.

5.3 - Não poderão participar desta licitação:



5.3.1 - empresas sob processo de falência ou concordata;

5.3.2 - empresas reunidas sob a forma de consórcio ou quaisquer outras modalidades de associação;

5.3.3 - empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam suspensas de participar de licitações no Município de Morro da Garça/MG.

5.3.4 - empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam impedidas de contratar com a Administração, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não tendo sido ainda reabilitadas.

5.3.5 - empresas não cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal.

#### 5.4 - DO CADASTRAMENTO

5.4.1 – As empresas que se interessar em participar do certame, e não forem cadastradas, deverão apresentar para cadastramento, ou comprovarem que atendem todas as exigências para cadastramento até o dia: 14/04/2022, os seguintes documentos:

##### 5.5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

d) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;

##### 5.5.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal relativo à Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Prova de Regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF 358 e 443/2014;

c) Prova de regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.



- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

**5.5.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Prova de registro de inscrição e regularidade da Empresa e do(s) Responsável(eis) Técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

**5.5.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir;

1 - Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

2 - O balanço exigido deverá ser apresentado em publicação feita na imprensa, ou em cópia reprográfica de seu “Termo de Abertura”, comprobatório de registro na Junta Comercial.

**OBSERVAÇÃO:**

Serão aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

II - Sociedades empresárias, não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, ou em outro órgão equivalente;

III - no caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício, exigível na forma da lei;

IV - sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, ou em outro órgão equivalente;

Os documentos relativos ao item 5.3.1.4, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

V – Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 787, de 19 de novembro de 2007;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- Recibo de entrega emitido pelo SPED.

VI - Qualificação econômica-financeira relativa ao balanço patrimonial, as empresas que atingirem os índices abaixo, devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa e assinada por profissional registrado no conselho de contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante legal da empresa, com as seguintes fórmulas:

## ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \text{MÍNIMO DE 1,00}$$

## ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \text{MÍNIMO DE 1,0}$$

## ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \text{MÍNIMO DE 1,0}$$

VII - Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez corrente (LC) e Solvência Geral (SG) maiores que 1,0 (um vírgula zero).

VIII - As empresas obrigadas por Lei a apresentar EDC – Escrituração Contábil Digital, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPEDC (Serviço Público de Escrituração Digital) bem como o Balanço Patrimonial/ Instrução Normativa RFB 1.420, de 19/12/2013.



c) O Balanço patrimonial e demonstrações apresentadas para fins de habilitação após o dia 30 de abril do corrente ano será obrigatoriamente o do exercício imediatamente anterior.

5.5.1.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seus(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

5.7 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que sejam apresentados os originais no ato de abertura dos envelopes nº 1, para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação.

## **6. DO REPRESENTANTE LEGAL**

6.1 - Cada licitante far-se-á representar perante a Comissão Permanente de Licitação por apenas uma pessoa, admitindo-se como representante o diretor, sócio com poderes de gerência ou pessoa habilitada por meio de procuração, com firma reconhecida em cartório ou credenciamento.

6.2 - A instituição de representante perante a Comissão Permanente de Licitação será realizada no ato da entrega do envelope de habilitação, no local, data e horário indicados no subitem 3.1 deste Edital, ocasião em que o representante se identificará perante a Comissão, entregando-lhe cópia autenticada da Carteira de Identidade e dos documentos mencionados nos subitens 6.3 e 6.4, os quais serão analisados pela Comissão antes do início da sessão de abertura.

6.3 - Quando o representante for diretor ou sócio com poderes de gerência, deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, cópia autenticada ou original do contrato social ou ata de assembléia geral da empresa licitante, a fim de comprovar a sua qualidade de representante legal.

6.4 - Quando o representante for pessoa habilitada por meio de procuração ou credenciamento, deverá entregar à Comissão cópia autenticada ou original dos documentos referidos no subitem 6.3, bem como do documento de credenciamento, redigido na forma do Anexo IV deste Edital, ou do instrumento particular de procuração outorgado pela empresa licitante, com firma reconhecida e com a previsão de outorga de amplos poderes de representação, inclusive com poderes específicos para interposição e desistência de recurso e para o recebimento de



intimações, constando o endereço para envio das intimações e devendo o subscritor da procuração estar devidamente identificado.

6.5 - A não apresentação ou incorreção dos documentos mencionados nos subitens 6.2, 6.3 e 6.4 não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS**

7.1 - Os interessados, no dia, horário e local fixado neste Edital, deverão entregar os envelopes nº 01 - HABILITAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO fechados, indevassáveis, com a seguinte identificação na parte externa:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**09/2022**  
**ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO**  
**RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**09/2022**  
**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO**  
**RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)**

7.1.1 - Deverão constar nos Envelopes nº: 01 e nº: 02 os documentos especificados, respectivamente, nos subitens 7.2 e 7.3.

7.1.2 - Os envelopes deverão estar lacrados, sendo abertos somente em público pela Comissão Permanente de Licitação, na data e hora determinada para o certame.

## **7.2. DO ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

7.2.1 - Para a habilitação nesta Tomada de Preços será exigida a seguinte documentação:

a) Comprovação de que a empresa foi cadastrada no Município, no mínimo 03 (três) dias antes da entrega das propostas, através do Certificado de Registro Cadastral, dentro do seu prazo de validade.





b) Comprovação de vínculo empregatício entre a proponente e o profissional por ela indicado como Responsável Técnico - RT. No caso de sócio, a comprovação se fará pela apresentação do Contrato Social ou a sua Última Alteração.

b.1) A prova de vínculo do(s) responsável(is) técnico(s) mencionado(s) na alínea anterior com a empresa licitante deverá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

b.1.2) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou

b.1.3) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou

b.1.4) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou

b.1.5) Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

c) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa licitante ou do responsável técnico, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

c.1) O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a (s) respectiva(s) certidão(ões) do Conselho de Classe, não sendo aceitas certificações através de carimbos.

d) Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, assinado por quem de direito (Anexo III).

e) Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal (Anexo IV).

f) Declaração expressa de que concorda com todos os termos deste Edital (Anexo V).

**g) Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade da prefeitura a fiscalização (Art.18, XII, Lei 12.708/2012).**

**h) Declaração informando o código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da empresa.**

i) Atestado de Visita Técnica, fornecido pela Prefeitura Municipal de Morro da Garça, devidamente assinado pelo responsável do setor competente da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, devendo a vistoria ser realizada nas datas e horário mencionados no item 23, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

i.1) A visita técnica não é obrigatória ou pressuposto para participação desta licitação. Não havendo Visita Técnica, o licitante deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar declaração



que conhece todas as condições referentes à execução da obra, não podendo haver alegação, impugnação ou requerimento decorrente de ignorância sobre as condições da obra. Poderá ser apresentado conforme modelo do Anexo VI.

j) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, publicados em órgão da imprensa oficial ou autenticados pela Comissão Permanente de Licitação no ato do certame licitatório, mediante apresentação dos respectivos originais.

k) Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

l) A não-apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do licitante.

m) Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**n) Em se tratando de microempresa –ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, na forma da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio-DNRC, ou outro órgão equivalente, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006. (A referida declaração deverá estar FORA DO ENVELOPE)**

**o) A certidão apresentada terá obrigatoriamente que ter sido emitida no exercício em curso.**

**p) Em se tratando de MEI- Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante a apresentação do Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.**

### 7.3. DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

7.3.1 - O Envelope nº 02 deverá conter a proposta, em português, com os seguintes elementos:

7.3.1.1 - Nome da empresa, endereço completo e CNPJ/MF.

7.3.1.2 - Número da Tomada de Preço.

7.3.2 - Demonstração do preço proposto, em conformidade com o modelo constante do Anexo I que integra o presente edital.

7.3.3 - Os preços serão irredutíveis e deverão ser cotados em reais.

7.3.4 - Serão desclassificadas as propostas que:



- a) Não atenderem às exigências deste Edital;
- b) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, sendo assim consideradas aquelas cujos valores sejam inferiores a 70% do menor dentre os seguintes valores:

I. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% ao orçado para execução do serviço.

II. Valor orçado para execução do serviço.

7.3.5 - A validade da proposta de preço será de 60 (sessenta) dias a contar do último dia previsto para entrega do envelope “Proposta de Preços”.

7.3.6 - Data, assinatura e identificação do representante legal.

7.4 - Farão parte, ainda, da Proposta de Preços, a Planilha de Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro.

7.5 - O percentual do BDI deverá ser informado, com a sua devida composição.

## 8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

### **8.1 – Abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

8.1.1 - No dia, local e hora designados neste edital, na presença dos licitantes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes “Documentação de Habilitação” e “Proposta de Preços”, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo a seguir a abertura do envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

8.1.2 - Os documentos contidos nos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelas proponentes ou seus representantes credenciados.

8.1.3 - Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, designando-se o dia para a divulgação do resultado, o qual será publicado na Imprensa Oficial, para conhecimento de todos participantes.

8.1.4 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.

8.1.5 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação na Imprensa Oficial, junto à Comissão Permanente de Licitação, os quais serão devolvidos mediante recibo.

### **8.2 - Abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**



8.2.1 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes habilitadas serão abertos em momento subsequente à habilitação no mesmo local de abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – será comunicada às proponentes por meio de publicação na Imprensa Oficial após julgado o recurso interposto ou decorrido o prazo sem interposição.

8.2.2 - As propostas contidas nos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.

8.2.3 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.

8.2.4 - Ocorrendo a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não podendo ser realizada no dia, será publicada na Imprensa Oficial a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitação.

8.3 - Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação.

## 9. DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - No julgamento das propostas classificadas por atender aos aspectos documentais explicitados no item “Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação”, atendidas as condições prescritas neste edital, será adotado o critério de menor preço, entendendo-se como tal o valor total da proposta, sendo a adjudicação efetuada a uma única empresa.

9.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93 e modificada pela Lei 8.883/94, o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, na reunião de abertura das propostas ou em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

9.3 - Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

9.4 - Serão desclassificadas as propostas que se adequarem a um dos seguintes requisitos:

- a) não atenderem às exigências do Edital;
- b) apresentarem valor global superior ao limite estabelecido pela administração;
- c) utilizarem preços manifestamente inexequíveis.



9.5 - Tem-se como limite estabelecido para a presente licitação o valor estimado de **R\$ 617.745,88 (duzentos e sessenta e cinco mil cinqüenta reais e vinte e três centavos)**, para a execução do serviço.

9.6 - Serão considerados inexecutíveis os preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem ao disposto no Art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.

9.7 - As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital, mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:

a) discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

b) erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: será corrigido, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

d) erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;

e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

9.8 - O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item 9.7. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

9.9 - Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

**9.10 - O resultado do julgamento das propostas será afixado no quadro de avisos afixado no hall de entrada da Prefeitura, conforme dispõe no art. 86 da Lei Orgânica Municipal.**

## 10. DOS RECURSOS

10.1 - Das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição datilografada e devidamente arrazoada, subscrita pelo representante da recorrente, constituído na forma prevista no item 5 - DO REPRESENTANTE LEGAL - deste Edital.

10.2 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua



decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

10.3 - Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal localizada na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, Morro da Garça/MG, no horário das 08h30 às 16h00, não sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

### **11. DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 - Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidores da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, devidamente designados para este fim, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

11.2 - A Fiscalização poderá determinar a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conforme as especificações definidas em projeto (item 1.1 deste Edital), cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

11.3 - A licitante vencedora só poderá iniciar o serviço após assinatura do respectivo Contrato ou Ordem de Serviço.

11.4 - Compete à fiscalização do serviço pela equipe designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:

11.4.1 - Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

11.4.2 - Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.4.3 - Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora e por servidor designado pela Prefeitura para efetuar a fiscalização, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita.

11.4.3.1 - As atividades desenvolvidas.

11.4.3.2 - As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.

11.4.4 - Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.

11.5 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

11.6 - Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.



11.7 - Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

## 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**12.1 - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias,** de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Executivo, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança.

12.2 - Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

12.3 - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastramento da Prefeitura para verificação da situação da licitante vencedora em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

12.4 - O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

12.5 - A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

12.6 - A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

12.6.1 - Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Permanente de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues no serviço.

12.6.2 - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

12.7 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

12.8 - O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 - Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes no item 1.1



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



do presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no item 15 deste Edital.

13.2 - Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.

13.3 - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

13.3.1 - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

13.4 - Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memorial descritivo e planilha orçamentária).

13.5 - Prestar manutenção do serviço, durante o período de garantia, da seguinte forma:

13.5.1 - Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

13.5.2 - Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

13.5.3 - Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item 15 deste edital.

13.6 - Visando à administração do serviço, manter 01 (um) encarregado geral em período integral.

13.7 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

13.8 - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.

13.9 - Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

13.10 - Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

13.11 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

13.12 - Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura.





13.13 - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

13.14 - Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços.

13.15 - Entregar os locais objetos desta licitação limpos, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria dos serviços com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

13.16 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

13.17 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

13.18 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13.19 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação.

13.20 - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

13.20.1 - Mesmo os serviços subcontratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. - Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

14.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

14.3 - Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

14.4 - Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.



14.5 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

14.6 - Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo do serviço, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 8.666/93 em seu artigo 73, inciso I.

### 15. DAS PENALIDADES

15.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.1.1 - Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou em retirar o documento equivalente dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, não se aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

15.2 - Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

15.2.1 - Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação:

15.2.1.1 - Até 05 (cinco) dias, multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação;

15.2.1.2 - Superior a 05 (cinco) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

15.2.2 - Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do objeto não entregue.

15.2.3 - Pelo atraso na afixação da Placa do serviço, multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia.

15.3 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

15.3.1 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da



quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

15.4 - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a Prefeitura poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

15.5 - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

15.6 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Prefeitura, decorrentes das infrações cometidas.

15.7 - O valor das multas aplicadas será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

15.8 - Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens acima, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total do serviço emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará à Secretaria de Municipal de Obras.

15.9 - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação da Secretaria de Obras pela autoridade superior.

15.10. As sanções advertência e multa, poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no item 15.1, incisos III e IV, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.11 - A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, é de competência exclusiva da autoridade superior ou, nos termos de lei, de autoridade a ele equivalente, da qual cabe pedido de reconsideração, nos termos inciso III do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.12 - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Morro da Garça, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

## **16. DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

16.1 - Após a divulgação do resultado de julgamento das propostas e decorrido o prazo recursal previsto em lei, a presente licitação será adjudicada à empresa vencedora do certame, após homologação pela autoridade competente.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 - As despesas decorrentes desta Tomada de Preços correrão à conta da dotação orçamentária nº:

02.05.01.15.451.0007.1041.4.4.90.51.00



### 18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 - Os serviços, objeto do presente Edital, deverão ser executados de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Executivo citado no item 1.1 deste.

### 19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1 - A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite nos termos do parágrafo segundo, inciso II do mesmo artigo.

### 20. DA CELEBRAÇÃO DO AJUSTE

20.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, conforme preceitua o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

20.2 - Conforme estabelece o parágrafo segundo do art. 64 da Lei nº 8.666/93, se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

### 21. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

21.1 - O prazo para a execução do serviço será de no máximo **03 (três) meses**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço ou da Assinatura do Contrato que autorizar o início dos trabalhos, de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro a ser apresentado com a proposta de preços.

### 22. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

22.1 - Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

22.3 - No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### 23. DA VISITA TÉCNICA

23.1 - As visitas técnicas serão realizadas às **09:00 horas**, nos dias **05/04, 07/04, 12/04 e 14/04/2022**, e poderá ser realizada, preferencialmente, pelo Responsável Técnico pertencente ao quadro do licitante, munido dos seguintes documentos: carta de credenciamento, carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado ou documento equivalente, ou carteira de identidade expedida pelo Conselho de Classe.

23.2 - A visita técnica não é obrigatória ou pressuposto para participação desta licitação. Não havendo Visita Técnica, o licitante deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar declaração



que conhece todas as condições referentes à execução da obra, não podendo haver alegação, impugnação ou requerimento decorrente de ignorância sobre as condições da obra. Poderá ser apresentado conforme modelo do Anexo VI.

#### 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

24.2 - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

24.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

24.4 - O resultado desta licitação, bem como todo ato que seja necessário dar publicidade, deverá ser publicado no órgão oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall de entrada da Prefeitura, conforme dispõe a no art. 86 da Lei Orgânica Municipal.

24.5 - A Comissão Permanente de Licitação deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.

24.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

24.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.8 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

**24.9 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.**

24.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.11 - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

24.12 - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.



24.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

24.14 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, preferencialmente por mensagem eletrônica para (licitacaoinumutaba@yahoo.com.br) ou protocolado na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, Morro da Garça/MG, CEP: 39.248-000.

24.15 - A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

24.16 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

24.17 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.

**24.18 – Com exceção do instrumento com pagamento de parcela única, o valor do primeiro desembolso a ser realizado não poderá exceder a 20 % (vinte por cento) do valor global do contrato.**

**24.19 – A liberação das parcelas subseqüentes, está condicionada a execução de no mínimo 70 % (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.**

**24.20 – Caso não haja execução de serviço, após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, ocorrerá a rescisão deste contrato.**

**24.21 – É vedado o adiantamento de qualquer parcela (valor) da obra a ser executada.**

## 25. DO FORO

25.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curvelo, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Morro da Garça/MG, 25 de março de 2022.

Claudio Amadeu da Silva  
Presidente da CPL



ANEXO I AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022, TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022, para a **Contratação de empresa para execução de obra de recapeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos.**

Prezados Senhores:

Nosso preço global para o fornecimento de material e execução do serviço acima mencionado é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) e será executada inteiramente de acordo com o Projeto Executivo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Morro da Garça.

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que o preço global por nós ofertado será para executar os serviços conforme todas as exigências do Projeto Executivo disponibilizado e descrito no item 1.1 deste Edital.
2. Declaramos que entregaremos os serviços dentro do prazo de 03 (três) meses, conforme estipulado em edital.
3. Declaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao cronograma-físico financeiro, prazos, medições e pagamentos parciais.
4. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
5. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.
6. Declaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) utilizado é de \_\_\_\_% ( \_\_\_\_\_ ) por cento.

**OBS.: O percentual do BDI deverá ser informado, com a sua devida composição.**

..... de..... de 2022.

Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



ANEXO II AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente, a empresa....., situada no(a)....., CNPJ nº ....., por seu ..... (diretor ou sócio com poderes de gerência), outorga ao Sr. ...., RG nº ....., amplos poderes para representá-la junto à Prefeitura Municipal de Morro da Garça, na **TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2022**, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: .....(Rua, número, complementos, bairro, cidade, unidade da federação, CEP).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Dirigente da Empresa  
(reconhecer firma como pessoa jurídica)

OBS: firma reconhecida em cartório ou duas testemunhas qualificadas

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da





empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.

5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



**ANEXO III AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022  
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada á \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



ANEXO IV AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO  
EDITAL

### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada á  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado,  
DECLARA expressamente que:

► concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VI AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

**MODELO - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DA OBRA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA para os devidos fins, em especial ao disposto nos itens 7.2.1, subitem i.1 e 23.2 do edital, que tomou conhecimento dos meios de acesso, transporte, das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados e demais condições necessárias à perfeita execução dos serviços.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022

## TERMO DE RENÚNCIA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

À  
Prefeitura Municipal de Morro da Garça /MG  
Att. Comissão de Licitações

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº.....,  
RENUNCIA ao prazo recursal para abertura dos envelopes de Documentação e Propostas de  
Preços, no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Licitante  
Carimbo CNPJ



**ANEXO VIII AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2022**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022**  
**MINUTA DE CONTRATO**

O **MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.695.040/0001-06, com sede na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, Morro da Garça/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Márcio Túlio Leite Rocha, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado da TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022, do Tipo Menor Preço Global, consoante e decidido no Processo Licitatório nº 046/2022, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para execução de obra de recapeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos, e especificações e condições constantes no Edital, bem como seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 05 (cinco) meses, iniciando-se a partir de sua assinatura e podendo ser prorrogado no interesse da Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

3.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO CONTRATANTE**

a) Dar condições para a Contratada executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.

b) Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.

b.1) A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da Contratada na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

c) Receber e conferir o objeto do contrato, consoante as disposições estabelecidas.

d) Efetuar os pagamentos na forma convencionada na cláusula nona.



e) Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

f) Notificar, por escrito, à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à Contratada.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA**

a) Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Executivo desenvolvido pelo Contratante, e demais termos prescritos no edital de licitação e no presente Contrato.

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

c) Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da Contratante e do Responsável Técnico da Contratada, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

d) Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à Contratada, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

e) Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este Contrato se vincula.

f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

g) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas neste contrato.

h) Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

i) Propiciar o acesso da fiscalização do Contratante aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

i.1) A atuação da comissão fiscalizadora do Contratante não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



- j) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e Projeto Executivo.
- k) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.
- l) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização do Contratante, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Executivo.
- m) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
- n) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.
- o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do Contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- p) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo as vias públicas ser entregues em perfeitas condições de uso.
- q) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- r) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização do Contratante como inadequados para a execução dos serviços.
- s) Entregar os locais objetos do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das vias públicas. A Contratada deve comunicar, por escrito, à fiscalização do Contratante, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.
- t) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.
- u) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
- v) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.



w) Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização do Contratante.

x) Executar a obra de acordo com o cronograma, tendo em vista que o desembolso previsto deve estar em consonância com as metas e fases ou etapas da execução da obra.

y) Pela execução da obra de acordo com o cronograma, pois, caso não haja execução após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, ocorrerá a rescisão contratual.

Prestar manutenção do serviço, durante o período de garantia, da seguinte forma:

1. Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pelo Contratante.
2. Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pelo Contratante.
3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida na cláusula décima terceira deste Contrato.
4. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O objeto do presente contrato deverá ser executado pela Contratada na Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo, Morro da Garça/MG.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do Contrato ou da Ordem de serviço.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O objeto do contrato será recebido pelo Contratante, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

a) **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.



**PARÁGRAFO QUARTO** - Os serviços a serem executados prevêm obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes do Projeto Executivo, definido no item 1.1 do Edital.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Ao final dos serviços, os locais deverão ser entregues limpos e livres de entulhos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada perante o Contratante ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. O Contratante exercerá a fiscalização do serviço por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A fiscalização do Contratante solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irrecuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação do Contratante, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras". Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO**.

**PARÁGRAFO NONO** - A Contratada facilitará o acesso da fiscalização do Contratante a todas as dependências do serviço. Antes de iniciar qualquer serviço, a Contratada pedirá anuência expressa da fiscalização do Contratante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - À fiscalização do Contratante fica assegurado o direito de:

a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.

b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da Contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A presença da fiscalização do Contratante no serviço não diminuirá a responsabilidade da Contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A Fiscalização do Contratante acompanhará a execução dos serviços e examinará os materiais recebidos no serviço, antes de suas aplicações, decidindo sobre aceitação ou rejeição dos mesmos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - As exigências da Fiscalização do Contratante fundamentar-se-ão neste Contrato, nas legislações e normas vigentes, no Projeto Executivo fornecido pelo Contratante à Contratada e nas regras de boa técnica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Caberá à comissão fiscalizadora do Contratante o dever de:



a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste Contrato.

b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Cabe à Contratada zelar pela proteção dos empregados e de terceiros, durante a execução das obras, seguindo as recomendações expressas na legislação pertinente e normas regulamentadoras quanto à engenharia de segurança e medicina do trabalho.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Em especial, os serviços objeto do presente Contrato deverão ser executados levando-se em conta o estipulado na NR-7 e NR-18, com vistas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador. A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletiva (EPC) necessários à sua segurança no trabalho, sem que seja imputado qualquer custo ao empregado ou ao Contratante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A Contratada deverá manter na direção do serviço um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A Administração do serviço deverá ser realizada por 01 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 01 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Caberá à Contratada providenciar o pessoal necessário à execução dos serviços, serventes e oficiais especializados, de competência comprovada, para obtenção de resultados na execução dos serviços.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este Contrato se vincula, às quais a Contratada declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DO SERVIÇO**

5.1. Não obstante a garantia pela solidez do serviço, de acordo com a legislação vigente, a Contratada se obriga a vistoriar a serviço, na data em que complementar 6 (seis) meses e 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do serviço.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS**

6.1. A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou



terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante ou a terceiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - À Contratada caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

**PARÁGRAFOS TERCEIROS** – Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluídos nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da Contratada com referência aos mesmos não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

7.1. O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR**

8.1. Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), fixo e irrevogável.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias**, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado quando da fase de licitação de Tomada de Preços nº 09/2022, contados da data de emissão das medições e dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo pela comissão fiscalizadora e do competente atesto nos documentos de cobrança.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.



**PARÁGRAFO QUARTO** - A empresa contratada deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A comissão fiscalizadora do Contratante somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela Contratada, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Permanente de Licitação, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues no serviço.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

#### **PARAGRAFO DÉCIMO - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A medição dos serviços contratados deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após o seu início.

No caso de não aceitação da medição realizada, a Administração Municipal, devolverá à contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias. A Administração Municipal terá o prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

Para a liberação da medição, o contratado deverá comprovar:

a) A inscrição no CEI, conforme art. 19, Inciso II c/c art. 47, Inciso X da IN 971/09 SRF.

b) Comprovação de recolhimento da Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (Art. 31, da Lei 8.212, de 24/07/91), juntamente com o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, do serviço objeto da presente licitação, do mês imediatamente anterior;

c) Baixa do CEI do serviço.

**PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de multa ou eventuais débitos daquela para com a administração, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

**PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES**

10.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, dentro dos limites previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2022, correrão à conta do orçamento da Contratante, consignado através do seguinte elemento:

02.05.01.15.451.0007.1041.4.4.90.51.00

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

12.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, o Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência, por escrito.

II - Multa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-08

ESTADO DE MINAS GERAIS



III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação:

- a) Até 05 (cinco) dias, multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação;
- b) Superior a 05 (cinco) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do objeto não entregue.
- d) Pelo atraso na afixação da Placa do serviço, multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No caso de a Contratada ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, o Contratante poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a Contratada responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto o Contratante, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A Contratada, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço e/serviços, até o





limite admitido, em cada caso, pelo Contratante. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela Contratada não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

14.1. O presente instrumento de Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III – Da Alteração dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

15.1. A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Constituí motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos casos de rescisão, a Contratada receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pelo Contratante até a data da rescisão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ocorrendo a rescisão, o Contratante poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. A publicação resumida deste instrumento será feita no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal - Art. 86.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DEZOITO - DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curvelo/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Morro da Garça/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Márcio Túlio Leite Rocha  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-08

ESTADO DE MINAS GERAIS



\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

CPF

\_\_\_\_\_  
CPF



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA**

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

Processo Licitatório nº 046/2022

Modalidade de Licitação: Tomada de Preço nº 09/2022

Síntese do objeto: Contratação de empresa para execução de obra de recapeamento de vias públicas (Praça Capital Regino, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fino Vital do Rego, João de Paiva e Major Salvo) da sede do Município de Morro da Garça, conforme descrito na planilha quantitativa, memorial descritivo e projetos anexos, e especificações e condições constantes no Edital, bem como seus anexos.

Tipo de Licitação: menor preço global

Entrega de envelopes: 19/04/2022 às 09:00 horas

Sessão de julgamento: 19/04/2022 às 09:00 horas

Edital completo e informações na sede da Prefeitura com Hélia de Almeida Ribeiro, pelo fone (38) 3725-11053, ou pelo email: [licitacao@morrodagarca.mg.gov.br](mailto:licitacao@morrodagarca.mg.gov.br).

Morro da Garça/MG, 25 de março de 2022.

**Hélia de Almeida Ribeiro**

Gerente de Licitação



URBANISMO

Iniciadas há sete meses, obras de revitalização da ciclovia da orla da Pampulha ainda não têm data para conclusão. Prefeitura informa que chuva afetou o cronograma

ANA LAURA QUEIROZ\*

Um dos pontos turísticos mais frequentados da capital mineira, a orla da Lagoa da Pampulha está em obras há cerca de sete meses...

Desde o início de julho vem sendo feita a revitalização da ciclovia de 7,1 quilômetros de extensão...

O prazo máximo para a conclusão das obras seria de 10 meses. A pouco menos de três para a data estipulada, no entanto...

Em nota, a PBH explica que houve atraso em função das chuvas...

PREFEITURA DE VESPAIANO/MG

O Município de Vespasiano através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público a celebração do Termo de Colaboração nº 01/2022 com a Associação Berg Vingren de Assistência Social...

Em marcha lenta

quanto do pedestre. Está programada também a readequação da microdrenagem nos 7,1 quilômetros de extensão.

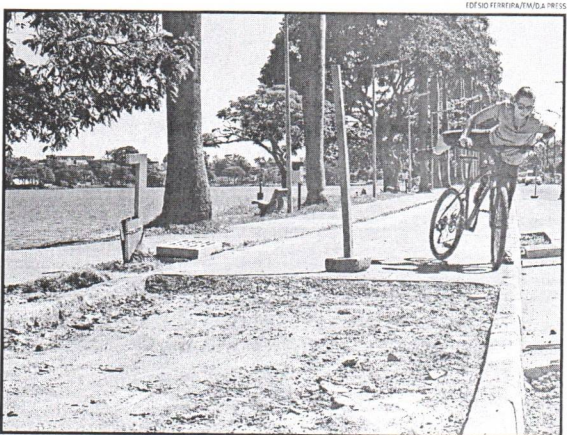
A criação de ciclovias nos centros urbanos e rodovias tem o potencial de reduzir significativamente o número de acidentes envolvendo ciclistas...

Somente em 2021, ciclistas responderam a quase 6% das vítimas de acidentes atendidos no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte...

Além de elevar a estrutura ao nível da calçada, a pista será alargada em 2,5 metros. E a pista será separada por uma área arborizada...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍMG
O MUNICÍPIO DE UBAÍMG torna pública a ADIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022 oriunda do processo licitatório PRONAC ELETRÔNICO Nº 007/2022...

quantos pontos de intervenção: meta é recuperar 7,1 quilômetros e ampliar segurança



Ciclista num dos pontos de intervenção: meta é recuperar 7,1 quilômetros e ampliar segurança

ACIDENTES AUMENTAM Entre 2015 e 2021, o número de atendimentos a ciclistas vítimas de acidentes aumentou 72%.

Esses dados demonstram a importância de termos atenção e iniciativas focadas nesse público. O uso da bicicleta cresceu no Brasil...

'Estágio sob supervisão do subeditei Eduardo Murto

CAPITÓLIO RETOMA PASSEIOS

A visitação turística aos cânions de Capitólio, na represa de Furnas, no Sudoeste do estado, foi retomada parcialmente ontem, agora seguindo critérios restritivos e de segurança...

TROFÉU Teli Santana ESCOLHA OS MELHORES DE MINAS
Includes a photo of Teli Santana and a list of names.

Vote, escale a sua seleção e torça pelos jogadores do time do seu coração.
Participe acessando alterosa.com/trofeutele.
Saiba mais assistindo ao Alterosa Esporte, de segunda a sexta, a partir das 11h45.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍMG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍMG - Torna pública para interesse de todos os interessados abertura de Processo Licitatório nº 021/2022, Lote nº 001/2022...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIACABA/MG
REIFIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2022
PREÇO PRESENCIAL 019/2022

Table with financial data for PORTALEZA PARTICIPAÇÕES S.A. including revenue, expenses, and profit for 2019 and 2020.

Table with financial data for VERTUNO PARTICIPAÇÕES S.A. including revenue, expenses, and profit for 2019 and 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2022
Realizar-se dia 18/04/2022 as 9:00h - Objeto - Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de revitalização...

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA/MG
Processo nº 046/2022 - Tomada de Preço nº 09/2022. Torna público, que as 08h00min, dia 19/04/2022, na Prefeitura Municipal...

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE - URBEL. CNPJ: 17.201.336/0001-15. NIRE: 313.000.411-40
AVISO AOS ACIONISTAS



## Montes Claros

### Prefeitura Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 116 2022**  
**ANO 2022 À LICITAÇÃO 009/2022**  
 Processo: 112/2022 – Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 02/29/2022 – Objeto: Repasse de recurso estadual de incentivo financeiro para ampliação da atenção especializada em doença renal crônica (IRC) no estado de Minas Gerais, destinadas a pacientes em lista de espera das mercês de montes claros, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 7.869, de 19 de novembro de 2021, termo de compromisso nº 799.7069 e Final de Trabalho - Contrato nº 112/2022-21 – Contratado: Irmã Nanda Senhora das Mercês de Montes Claros – Valor: R\$ 456.197,20 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos). Vigência: 12 meses contados da assinatura. Assinado por meio físico em 24 de março de 2022. Secretária Municipal de Saúde.

Montes Claros/MG, 30 de março de 2022  
 Dayana Fátima Pereira Ruanos  
 Coordenadora de Acompanhamento de Contratos  
 4 cm - 30 1615621 - 1

**EXTRATO Nº 051-2022 – RESULTADO DE PREGÃO**  
**Processo Nº 028/2022 Pregão Eletrônico 019/2022** – Aquisição de soros fisiológicos, atendendo a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Montes Claros/MG.  
 Montes Claros (MG), 30 de março de 2022  
 Glênia Santos Cardoso  
 Pregoeira  
 2 cm - 30 1615618 - 1

## Fundação Hospitalar de Montes Claros

### EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO

**ANO 2022 À LICITAÇÃO 009/2022**  
 Objeto: Aquisição de Medicamentos, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03 e sua Aditativa, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação, contrato firmado com a empresa: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03 e seus Aditivos, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação, contrato firmado com a empresa: PHARMA EIRELI, CNPJ 03.945.035/0001-91, R\$ 7.380,00; Bihortuna Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda, CNPJ 35.909.317/0001-20, R\$ 2.656,00; HDL Logística Hospitalar Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, R\$ 4.812,00; Sino Pharma Eireli, CNPJ 31.495.759/0001-16, R\$ 46.584,50; União Química Farmacêutica Nacional S/A, CNPJ 60.665.698/0009-75, R\$ 37.885,00; Vera Cruz Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 17.908.624/0001-04, R\$ 11.224,00; Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, R\$ 45.120,00; Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda, CNPJ 67.729.178/0002-20, R\$ 13.469,40; Soma MG Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 12.927.876/0001-67, R\$ 5.775,00.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 009/2022** – Objeto: Aquisição de Medicamentos, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03 e seus Aditivos, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação, contrato firmado com a empresa: PHARMA EIRELI, CNPJ 03.945.035/0001-91, R\$ 1.845,00; HDL Logística Hospitalar Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, R\$ 1.203,00; Sino Pharma Eireli, CNPJ 31.495.759/0001-16, R\$ 11.635,89; União Química Farmacêutica Nacional S/A, CNPJ 60.665.698/0009-75, R\$ 9.388,75; Vera Cruz Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 17.908.624/0001-04, R\$ 1.244,00; HDL Logística Hospitalar Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, R\$ 11.280,00; Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda, CNPJ 67.729.178/0002-20, R\$ 3.740,00; Soma MG Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 12.927.876/0001-67, R\$ 1.435,50.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 010/2022** – Objeto: Aquisição de Materiais Médicos - Hospitais, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recurso P089/20-03 e seus Aditivos, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação, contrato firmado com a empresa: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ 03.945.035/0001-91, R\$ 11.720,00; BF de Andrade - Protection Ind. Comercio e Distribuição, CNPJ 36.979.350/0001-99, R\$ 14.250,00; Concreta Distribuidora de Medicamentos e Materiais Cirúrgicos Ltda, CNPJ 32.384.285/0001-06, R\$ 6.520,00; DCB Distribuidora Cirúrgica Brasileira Ltda, CNPJ 20.235.404/0001-71, R\$ 4.980,00; Sino Pharma Eireli, CNPJ 31.495.759/0001-16, R\$ 1.540,00; Tevidil Comercio e Distribuição Ltda, CNPJ 11.002.975/0001-75, R\$ 4.227,00; Tidimar Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 25.296.849/0001-85, R\$ 968,00; Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda, CNPJ 67.729.178/0002-20, R\$ 6.538,50; Difarmco: Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, CNPJ 10.463.662/0001-51, R\$ 3.881,40.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 010/2022** – Objeto: Aquisição de Materiais Médicos - Hospitais, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recurso P089/20-03 e seus Aditivos, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação, contrato firmado com a empresa: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ 03.945.035/0001-91, R\$ 279,30; BF de Andrade - Protection Ind. Comercio e Distribuição, CNPJ 36.979.350/0001-99, R\$ 3.562,50; Concreta Distribuidora de Medicamentos e Materiais Cirúrgicos Ltda, CNPJ 32.384.285/0001-06, R\$ 1.732,50; DCB Distribuidora Cirúrgica Brasileira Ltda, CNPJ 20.235.404/0001-71, R\$ 1.242,50; Sino Pharma Eireli, CNPJ 31.495.759/0001-16, R\$ 385,00; Tevidil Comercio e Distribuição Ltda, CNPJ 11.002.975/0001-75, R\$ 1.056,75; Tidimar Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 25.296.849/0001-85, R\$ 242,00; Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda, CNPJ 67.729.178/0002-20, R\$ 1.668,00; Algorex Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda, CNPJ 10.463.662/0001-51, R\$ 968,58.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 07/2022** – Processo Licitatório nº 08/2022. Objeto: Aquisição de Insumos, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recurso P089/20-01, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato firmado com: Ivos José Moura da Silva, CNPJ 30.481.879/0001-06, R\$ 702,68; Ixom Comercio e Indústria Têxtil Hospitalar Ltda, CNPJ 27.751.938/0001-88, R\$ 9.895,52; Zeniti Soluções e Serviços Ltda, CNPJ 44.422.010/0001-47, R\$ 481,00; Algorex Comercio de Tecidos Eireli, CNPJ 37.252.722/0001-43, R\$ 23.390,60.

**EXTRATO DO CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2021** – Aquisição de Sistema de Refrigeração de Gantry para Apararelho de Tomografia Computorizada (16 cortes) Siemens modelo Somatom Force Power, com recurso do 20º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato firmado com: Siemens Healthcare Diagnostics Ltda, CNPJ 01.449.930/0005-13, R\$ 122.603,53. Contrato assinado na data de 30 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 11/2022** – COMPRA DIRETA - Aquisição de materiais de construção destinados a pequena reforma e reparos nos telhados do Hospital de Urgência, com 22º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato firmado com: Sinegra Mat. Elétrico e Hidráulico Ltda, CNPJ 17.143.841/0001-15, R\$ 409,24; Deposito Felício Ltda, CNPJ 05.222.570/0001-40, R\$ 1.330,00; Norte Comercio e Constr. Ltda, CNPJ 05.247.026/0001-08, R\$ 1.661,70; Donatários Acessórios e Suprimentos Ltda, CNPJ 00.419.103/0001-90, R\$ 1.461,42; Madeira Sempre Ltda, CNPJ 25.605.965/0001-90, R\$ 2.219,98; Cia dos Parafusos Ltda, CNPJ 16.514.715/0001-90, R\$ 4.480,00; Multiex Comercio de Pisos e Cortinas Flexíveis Ltda, CNPJ 14.592.447/0001-01, R\$ 4.180,00; Casa do Serralheiro Ltda, CNPJ 12.982.965/0002-07, R\$ 7.125,00; Uniplast S.A., CNPJ 78.872.397/0001-107, R\$ 4.459,80.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 15/2022** – COMPRA DIRETA - Aquisição de Colchão, com 22º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato: Cirúrgica Porto Ltda Eireli, CNPJ 22.189.647/0001-88, R\$ 15.419,70.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 16/2022** – COMPRA DIRETA - Aquisição de Materiais Médico-Hospitais, com 22º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato: Rodrigo Cabral Silveira, CNPJ 42.632.864/0001-76, R\$ 6.720,00.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 17/2022** – COMPRA DIRETA - Aquisição de Materiais Médico-Hospitais, com recursos do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P072/21-01, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato: Fresenius Kabi Brasil Ltda, CNPJ 49.434.231/0001-04, R\$ 2.500,80.

**EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO ANO 2022 À LICITAÇÃO 18/2022** – COMPRA DIRETA - Aquisição de Medicamentos, com 22º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P089/20-03, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato: HDL Logística Hospitalar Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, R\$ 41.567,00; Belvic Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 14.335.544/0001-19, R\$ 15.000,00; Global Hospitalar Importação E Comercio, CNPJ 12.047.164/0001-53, R\$ 1.690,00.

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS - EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P76/21/01 – Valor: Minas, firmado com o Município de Montes Claros/MG. Contrato firmado com: Contrato 02/2022, Ans Paula da Silva, CPF 315.875.078-38; Contrato 003/2022, A.C.S. Ferreira Services Médicos Ltda, CNPJ 16.559.0001-65; Contrato 05/2022, Viver Clin Saúde Eireli, CNPJ 31.962.613/0001-33; Contrato 006/2022, Supporte Renal Services Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 33.444.544/0001-00; Contrato 010/2022, Frederico Leão Santos, CPF 117.577.726-93; Contrato 012/2022, FAM Mainart Services Médicos Ltda, CNPJ 41.147.944/0001-73; Contrato 015/2022, Henrique Flávio Gonçalves Vieira, CPF 068.126.066-18; Contrato 017/2022, Clínica Médica Eireli, CNPJ 36.591.661/0001-51; Contrato 018/2022, Jaime Dos Santos Barbosa Júnior, CPF 986.140.295-00; Contrato 023/2022, Layla Freitas Oliveira, CNPJ 39.574.166/0001-57; Contrato 025/2022, Leandro Rodrigues Rocha Ramos, CPF 112.129.286-01; Contrato 027/2022, LF Vasconcelos Services Médicos Ltda, CNPJ 45.211.856/0001-44; Contrato 029/2022, Manoel Augusto Freitas Dias, CPF 850.990.916-15; Contrato 035/2022, Leão e Santos Services Médicos Ltda, CNPJ 30.722.495/0001-35; Contrato 036/2022, Caroline Pimenta Services Médicos Ltda, CNPJ 40.156.559/0001-65; Contrato 038/2022, Devonish Thiago Aquino Pereira, CPF 075.767.676-69; Contrato 039/2022, Debora Gonçalves Pereira Guimarães, CPF 133.306.206-12; Contrato 041/2022, Gabriel Freitas de Azevedo, CNPJ 23.721.452/0001-68; Contrato 045/2022, Alvaro Barreto Ranco, CPF 069.469.756-77; Contrato 052/2022, João Guilherme Caramelo Gonzaga, CPF 058.291.085-42; Contrato 054/2022, Sapoti Services Médicos Ltda, CNPJ 41.180.427/0001-04; Contrato 058/2022, José Wilson de Brito Sales, CPF 024.272.646-27; Contrato 061/2022, Kayllon Lorena Services Médicos Ltda, CNPJ 41.902.727/0001-81; Contrato 062/2022, Larissa Silva Rezende, CPF 108.720.996-58; Contrato 063/2022, José Charles Balduino Cardoso Filho, CPF 040.182.825-59; Contrato 065/2022, Máximo e Martins Services Médicos, CNPJ 37.262.998/0001-02; Contrato 066/2022, Lilián Marcia Costa Andrade, CPF 109.102.176-40; Contrato 067/2022, Laura Kamilla Leal Cerqueira e Almeida, CPF 067.956.806-90; Contrato 069/2022, MCS Services Médicos Eireli, CNPJ 18.633.045/0001-69; Contrato 070/2022, Mauricio Leão Ferreira Eireli, CNPJ 36.496.615/0001-06; Contrato 072/2022, Natália Adriano Rocha, CPF 87.818.262-27; Contrato 074/2022, NMA Med Services Médicos Ltda, CNPJ 36.357.708/0001-41; Contrato 077/2022, Praxi Services Services Médicos Ltda, CNPJ 43.868.227/0001-66; Contrato 083/2022, Renata Dias de Jesus, CNPJ 42.638.584/0001-57; Contrato 084/2022, Miracost Atendimento Médicos Ltda, CNPJ 24.078.992/0001-38; Contrato 087/2022, Rodrigo Fabiani Colares Eireli, CNPJ 33.815.760/0001-06; Contrato 089/2022, Junio Campos Monalvão, CPF 115.769.966-97; Contrato 090/2022, Seanley Karen Mendes Eireli, CNPJ 36.813.403/0001-05; Contrato 097/2022, Vihória Ferreira Mendes, CPF 136.005.686-63; Contrato 098/2022, Marina Araujo Peters, CNPJ 12.436.516-23; Contrato 099/2022, Adnando Maxcel Vieira Services Médicos, CNPJ 35.829.372/0001-00; Contrato 105/2022, Tamara Carvalho Vasconcelos 09198991666 CNPJ 29.473.827/0001-02; Contrato 106/2022, Natália Adriano Rocha, CNPJ 87.818.262-27; Contrato 131.765.849/0001-80; Contrato 114/2022, Welber Medico 2022, Saúde Ltda, CNPJ 40.043.906/0001-08; Contrato 115/2022, Medelin Assistência Médica Ltda, CNPJ 10.653.115/0001-39.

41 cm - 29 1615058 - 1

## Montezuma

### Prefeitura Municipal

#### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 002/2022

A Prefeitura Municipal de Montezuma/MG, torna público a adjudicação e homologação da TOMADA DE PREÇOS 002/2022 - Processo 013/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para prestação de serviços de reforma e revitalização da praça Central. Contrato firmado com: Sinegra Mat. Elétrico e Hidráulico Ltda, CNPJ 17.143.841/0001-15, R\$ 409,24; Deposito Felício Ltda, CNPJ 05.222.570/0001-40, R\$ 1.330,00; Norte Comercio e Constr. Ltda, CNPJ 05.247.026/0001-08, R\$ 1.661,70; Donatários Acessórios e Suprimentos Ltda, CNPJ 00.419.103/0001-90, R\$ 1.461,42; Madeira Sempre Ltda, CNPJ 25.605.965/0001-90, R\$ 2.219,98; Cia dos Parafusos Ltda, CNPJ 16.514.715/0001-90, R\$ 4.480,00; Multiex Comercio de Pisos e Cortinas Flexíveis Ltda, CNPJ 14.592.447/0001-01, R\$ 4.180,00; Casa do Serralheiro Ltda, CNPJ 12.982.965/0002-07, R\$ 7.125,00; Uniplast S.A., CNPJ 78.872.397/0001-107, R\$ 4.459,80.

**CONTRATO Nº 028/2022 - TOMADA DE PREÇOS 003/2022 - PROCESSO 013/2022 - ORDEM DE SERVIÇOS 003/2022** - Data de início 28 de março de 2022. Contratada: KLM Construtora Ltda - Valor R\$ 258.295,68 (duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para prestação de serviços de reforma e revitalização da praça Central. Contrato firmado com: Sinegra Mat. Elétrico e Hidráulico Ltda, CNPJ 17.143.841/0001-15, R\$ 409,24; Deposito Felício Ltda, CNPJ 05.222.570/0001-40, R\$ 1.330,00; Norte Comercio e Constr. Ltda, CNPJ 05.247.026/0001-08, R\$ 1.661,70; Donatários Acessórios e Suprimentos Ltda, CNPJ 00.419.103/0001-90, R\$ 1.461,42; Madeira Sempre Ltda, CNPJ 25.605.965/0001-90, R\$ 2.219,98; Cia dos Parafusos Ltda, CNPJ 16.514.715/0001-90, R\$ 4.480,00; Multiex Comercio de Pisos e Cortinas Flexíveis Ltda, CNPJ 14.592.447/0001-01, R\$ 4.180,00; Casa do Serralheiro Ltda, CNPJ 12.982.965/0002-07, R\$ 7.125,00; Uniplast S.A., CNPJ 78.872.397/0001-107, R\$ 4.459,80.

6 cm - 30 1615638 - 1

#### AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO

**PROCESSO 005/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 002/2022 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2022** - Abertura no dia 03 de março de 2022. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo torna pública a Adesão à Ata de Registro de Preços do Município de Indaiatuba, inscrita sob o Protocolo de Carona nº 030/2022, referente à Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de empresa para futuras aquisições de materiais, com recebimento das propostas, até o dia 13/04/2022 às 09h00min, na sessão de compra da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. O Edital e as retificações ficam disponíveis no mesmo endereço eletrônico. Data: 30/03/2022 - Jean Carlo Seabra Pedrosa - Secretário Municipal de Administração.

4 cm - 30 1615575 - 1

## Morro da Garça

### Prefeitura Municipal

**TOMADA DE PREÇO Nº 09/2022**  
**Processo nº 046/2022 - Tomada de Preço nº 09/2022**. Torna público, que às 09h00min, dia 19/04/2022, na Prefeitura Municipal, situada na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, nesta Cidade, será realizada sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e Proposta de Preço, do tipo "Menor Preço Global". Objeto: Contratação de Empresa para execução de obra de recapetamento de vias públicas (Praça Capital Regia, e ruas Boaventura Pereira Leite, José Fins Vidal da Rocha, João de Pádua e Major Salvo) no Município de Morro da Garça. Edital e informações, endereço e meio de fone: (38) 3725-1110, e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br no horário de 08h00min às 16h00min.

3 cm - 30 1615556 - 1

## Nanuque

### Prefeitura Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 03/2022**  
 A Prefeitura Municipal de Nanuque/MG torna público que realizará o Pregão Presencial – 03/2022 Registro de preços para futura e eventual aquisição de material gráfico para atender a demanda das diversas secretarias do município de Nanuque/mg. Abertura será às 09h00 do dia 18 de abril de 2022. O Edital poderá ser obtido em: Prefeitura de Nanuque ou através do site www.nanuque.mg.gov.br. Larissa Freitas de Jesus- Pregoeira

2 cm - 30 1615116 - 1

## Nova Lima

### Prefeitura Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2021**  
 O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preços nº 183/2021. Objeto: eventual aquisição de aparelhos telefônicos culturais, desbloqueados, tipo Smartphone Android, IOS ou outro existente no mercado, incluídos todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, destinado itens exclusivamente para ME/EPP e itens para lota de 25% para ME-EPP conforme art. 4º, III, da L.C 123.066 alterada pela LC 147/14. Data de realização 12/04/2022 às 09:00h. O Edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência Prefeitura Nova Lima, 31 de março de 2022. O/A Pregoeira/ã,

3 cm - 30 1615294 - 1

## Nova Ponte

### Prefeitura Municipal

**PROCESSO 023/2022**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022** – AVISO O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo I - Menor preço por item, para contratação de pessoa jurídica para instalação de 03 (três) picômetros e conexão de Relatório Técnico Insetografático de três metros no alvará sanitário do Município de Nova Ponte, visando que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 13/04/2022 às 09h00min, na sessão de compra da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. O Edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados na divisão de compras da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Prefeitura Municipal de Nova Ponte – MG 30 de março de 2022. Paulo Jorge Lopes Alves Cardoso. Pregoeiro

4 cm - 30 1615185 - 1

## Ouro Branco

### Prefeitura Municipal

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO – RETIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS Nº 001/2022**  
 A retificação se faz necessária, tendo em vista a necessidade de inclusão de novos cargos e correções de erros. As inscrições permanecem sendo realizadas no site do organizador: www.access.org.br, nos dias 05 a 07 de abril de 2022. O Edital e as retificações ficam disponíveis no mesmo endereço eletrônico. Data: 30/03/2022 - Jean Carlo Seabra Pedrosa - Secretário Municipal de Administração.

2 cm - 30 1615173 - 1

## Ouro Preto

### Prefeitura Municipal

**INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022**  
 Torna público o processo de Inexigibilidade nº 009/2022, Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de Teatras da Sociedade Musical Senhor Bom Jesus de Matuzinhos para atender a demanda de eventos do Município de Ouro Preto e Distrito, tendo como favorecida a Sociedade Musical Senhor Bom Jesus de Matuzinhos. CNPJ: 16.855.348/0001-09, com o valor global de R\$40.000,00. Superintendência de Compras e Licitações.

**CONVITE Nº 009/2021**  
 Torna público o resultado do Convite Nº 009/2021, do tipo menor preço global, objeto: Contratação de empresa para projeto de engenharia para a execução com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para a reforma do ginásio poliesportivo vila do cruzeiro no distrito de Cachoeira do Campo no Estado de Minas Gerais. Empresa vencedora: Kollina Engenharia Ltda ME, cnpj 10.351.627/0001-40, com o valor global de R\$124.049,23. O Município de Ouro Preto adquire o equipamento e presente objeto – Fábio Rodrigues Braga – Presidente CPL/PMOP.

**CONVITE Nº 016/2021**  
 Torna público o resultado do Convite Nº 016/2021, do tipo menor preço global, objeto: contratação de empresa de engenharia para a execução, com fornecimento total de mão de obra, materiais e equipamentos, para reforma das instalações do Parque Natural Municipal das Andorinhas. Empresa vencedora: Construtora J.J. Diniz e R.M. Barbosa Ltda ME, cnpj 12.060.947/0001-77, com o valor global de R\$79.362,00. O Município de Ouro Preto adquire e homologa o presente objeto – Fábio Rodrigues Braga – Presidente CPL/PMOP.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022**  
 Torna pública a 2ª retificação de edital e alteração de data do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 09/2022 que tem como objeto a contratação por registro de preços de empresa especializada em prestação de serviços de impressão (Outsourcing), com fornecimento de equipamentos. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.blimcompras.org.br a partir das 16h00min do dia 31/03/2022 até as 08h00min do dia 13/04/2022. Inicio da Sessão de disputa prevista para o dia 13/04/2022 às 10h00min. Edital no site ouropreto.mg.gov.br/transparencia/licitacoes e no site www.blimcompras.org.br. Informações: (31) 3559-3301. Hallean Venticola – Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 73/2021**  
 Torna pública as Atas de Registro de Preço nº 60/2022, 61/2022, 62/2022, 63/2022, 64/2022, 65/2022, 66/2022, 67/2022, 68/2022, 69/2022, 70/2022, 71/2022 e 72/2022 com vigência até 18/03/2023 referentes ao Pregão Eletrônico SRP nº 73/2021, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza. Fornecedor: Texeira Viana Comercio, Locação e Serviços – Eireli – CNPJ: 22.066.038/0001-66, ata nº 60 – Valor total da ata RS 34.348,01; Euz Plaz Comercio Ltda, CNPJ: 20.161.464/0001-97, ata nº 61 – Valor total da ata RS 164.051,61; T.A Industria e Fiação de Artes para o Vestuário Ltda, CNPJ: 07.023.687/0001-70, ata nº 62 – Valor total da ata RS 35.420,00; Paraná Med Comercio Atacadista de Equipamentos Médicos e Hospitalares Eireli, CNPJ: 38.120.208/0001-17, ata nº 63 – Valor total da ata RS 7.050,33; Infrapac Equipamentos de Proteção Ltda, CNPJ: 27.606.687/0001-70, ata nº 64 – Valor total da ata RS 37.348,01; Zoom RM Ltda dos Santos Comercio EPP, CNPJ: 21.767.486/0001-68, ata nº 65 – Valor total da ata RS 324.666,14; Amx Cosméticos Marcas, CNPJ: 23.359.471/0001-23, ata nº 66 – Valor total da ata RS 22.424,58; Alves & Melo Distribuidora de Embalagens Ltda, CNPJ: 24.785.910/0001-05, ata nº 67 – Valor total da ata RS 37.348,01; Zoom Commercial Eireli, CNPJ: 39.518.890/0001-63, ata nº 68 – Valor total da ata RS 19.778,56; Exata Indústria e Comércio Ltda – EPP, CNPJ: 17.591.262/0001-70, ata nº 69 – Valor total da ata RS 47.385,90; Luiz Joaquim dos Santos Distribuidora, CNPJ: 25.498.027/0001-75, ata nº 70 – Valor total da ata RS 262.252,08; Ana Beatriz Costa Máfia Eireli, CNPJ: 37.959.075/0001-04, ata nº 71 – Valor total da ata RS 32.544,50; Tecelagem São Domingos Ltda EPP, CNPJ: 00.139.736/0001-45, ata nº 72 – Valor total da ata RS 49.466,55. Superintendência de Compras e Licitações.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 202/2021**  
 Torna pública errata na publicação 29/03/2022 do resultado de habilitação e proposta de preços do Pregão Eletrônico